

# CPI do Jockey ouve empresa citada em contrato milionário

Representante prestou esclarecimentos sobre serviços ligados a obras no clube

A CPI do Jockey Club da Câmara Municipal de São Paulo ouviu, nesta semana, o representante de uma empresa mencionada nas investigações sobre contratos relacionados ao complexo esportivo na zona oeste da capital. O depoimento ocorreu dentro da fase de oitivas conduzida pelo colegiado de vereadores, que apura possíveis irregularidades envolvendo recursos, contratos, prestação de contas e a execução de serviços vinculados ao clube.

Instalada em novembro de 2025, a comissão tem como objetivo investigar a regularidade fiscal e imobiliária das atividades do Jockey Club de São Paulo. Entre os pontos em análise estão a gestão de débitos tributários, operações envolvendo potencial construtivo e eventuais falhas na fiscalização e acompanhamento por parte do poder público municipal.

Durante o depoimento, os

vereadores concentraram questionamentos sobre a relação contratual entre a empresa e o clube, os serviços efetivamente executados e a documentação utilizada para comprovação das atividades. Também foram discutidos valores envolvidos, cronologia dos contratos e a existência de registros formais das entregas realizadas.

Segundo informações debatidas ao longo da reunião, parte das apurações busca entender se despesas apresentadas em prestações de contas têm compatibilidade com os objetivos originalmente previstos nos projetos de restauração e conservação vinculados ao imóvel. A comissão tenta reconstruir o fluxo de contratação, execução e comprovação financeira das atividades realizadas.

O representante ouvido pelos vereadores afirmou aos parlamentares que os serviços executados ocorreram dentro do



O colegiado investiga a regularidade fiscal e imobiliária das atividades do JCSP

escopo contratado e apresentou esclarecimentos sobre a forma como a empresa participou das atividades relacionadas ao local. Entre os temas abordados estiveram a existência — ou não — de vínculo direto com o Jockey Club de SP, os responsáveis pela contratação e os critérios utilizados para emissão de documentos e relatórios técnicos.

Ao longo da sessão, integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito também retomaram questionamentos levantados em reuniões anteriores sobre divergências identificadas em documentos encaminhados ao poder público. Em etapas anteriores da investigação, representantes técnicos apontaram inconsistências entre valores declarados pelo Jockey Club e elementos apresentados nas prestações de contas, além de despesas da entidade consideradas sem relação direta com obras de restauro.

Os vereadores afirmaram que os depoimentos fazem parte do processo de consolidação das informações que serão utilizadas na elaboração do relatório final da comissão. O colegiado vem reunindo documentos, oitivas e manifestações de órgãos municipais para mapear responsabilidades e verificar se houve descumprimento de obrigações previstas em instrumentos firmados com o município.

Nos últimos meses, a Comissão Parlamentar de Inquérito aprovou pedidos de informações destinados a diferentes órgãos da administração municipal de São Paulo, incluindo áreas responsáveis por patrimônio histórico, urbanismo, fiscalização e controle interno. Também foram solicitados documentos adicionais ao próprio clube e a entidades ligadas ao processo de preservação e, também, de acompanhamento do patrimônio da entidade.

Em reuniões anteriores na Câmara Municipal, parlamentares da Comissão chegaram a aprovar novas convocações e intimações diante da ausência de convidados considerados relevantes para o avanço das investigações. O entendimento manifestado pelos integrantes da comissão é de que os esclarecimentos são necessários para verificar a origem dos contratos, confirmar a execução dos serviços e identificar a destinação dos recursos analisados.

## Próximos passos

A expectativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Jockey é concluir a fase de coleta de informações nas próximas etapas dos trabalhos, além de consolidar as conclusões das investigações em um relatório que poderá apontar encaminhamentos administrativos ou eventuais medidas a serem adotadas pelos órgãos competentes.

# Parada LGBTQ+ deve movimentar R\$ 466 milhões na economia da capital paulista

Rovena Rosa/Agência Brasil

A edição de 2026 da Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo deve movimentar R\$ 466,2 milhões na economia da capital paulista, segundo estimativa divulgada pela Associação Comercial de SP. O valor representa uma redução de R\$ 82,3 milhões em relação ao ano anterior, quando o evento gerou impacto estimado em R\$ 548,5 milhões.

De acordo com a entidade, a queda está relacionada à diminuição de investimentos privados e à perda de patrocinadores para a realização do evento, marcado para o próximo dia 7 de junho, na Avenida Paulista. A organização prevê estrutura menor em comparação com as últimas edições, justamente no ano em que a Parada completa três décadas.

O cálculo considera os gastos realizados por participantes em setores como hotelaria, bares, res-

taurantes, transporte, comércio, turismo e serviços. Tradicionalmente, a Parada atrai visitantes de diversas regiões do Brasil e também turistas estrangeiros, o que impulsiona a atividade econômica no centro expandido da cidade durante o evento.

A retração no apoio financeiro ocorre em meio a mudanças nas estratégias de marketing e diversidade adotadas por grandes empresas, especialmente multinacionais. Organizadores do evento apontam que parte das marcas reduziu investimentos em ações ligadas à pauta LGBTQIA+ nos últimos anos.

Neste ano, apenas algumas empresas confirmaram apoio institucional à Parada até o momento. Em edições anteriores, o número de patrocinadores privados era significativamente maior. Segundo a organização, a arrecadação obtida



Parada do Orgulho LGBTQ+ será no dia 7 de junho, na Paulista

sofreu queda próxima de 60% em comparação com anos recentes.

Mesmo com a redução no orçamento, a expectativa é de grande público na Avenida Paulista e em vias próximas. A Parada de SP é conside-

rada uma das maiores manifestações LGBTQIA+ do mundo e integra o calendário turístico da capital paulista desde a década de 1990.

Nos últimos dias, a discussão em torno da Parada LGBTQIA+

ganhou repercussão política na cidade após a aprovação, em primeira votação na Câmara de São Paulo, de um projeto que prevê restrições à presença de menores de idade em eventos relacionados à pauta LGBTQIA+. A proposta também estabelece limitações para eventos realizados em espaços públicos.

## Segunda votação

Apesar da aprovação em primeiro turno, o texto ainda precisará passar por nova votação antes de eventual encaminhamento para sanção do Prefeito. Especialistas em direito constitucional e entidades ligadas aos direitos humanos avaliam que a proposta pode enfrentar questionamentos judiciais por possível afronta a princípios constitucionais relacionados à liberdade de expressão, igualdade e direito de reunião.